



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO  
CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO  
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

**Dados Básicos**

Foro:	Juazeiro do Norte
Processo:	00512699320208060112
Classe do Processo:	Petições Intermediárias Diversas
Data/Hora:	02/06/2021 19:19:20

**Partes**

Solicitante:	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
--------------	--

**Documentos**

Petição:	2713970_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_01 - 1- 2.pdf
----------	---



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**

Processo n.º 00512699320208060112

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FLAVIANO JORGE GONCALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à **INVALIDEZ PERMANENTE**.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

#### **DA LESÃO NO PÉ DIREITO**

O ilustre perito informou invalidez no PÉ DIREITO do autor, no percentual de 25%, contudo a documentação médica apresentada indica lesão no dedo do pé especificamente.

Vale ressaltar que o próprio autor, em sua inicial, apontou a lesão sofrida como DEDO DO PÉ, inclusive, o valor da presente causa foi elaborado de acordo com o percentual de INVALIDEZ total da lesão no DEDO DO PÉ, a saber, R\$ 1.350,00.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, sofreu fratura do artelho e outros ossos do tarso, tendo que se submeter a uma cirurgia de luxação/fratura do metatarso-falangiana, permanecendo com sequela e déficit funcional do metatarso-falangiana do pé direito. Conforme prova, relatório de exames, de cirurgia e receituário médico, em anexo.

Com base na tabela anexa à lei 6.194/74, a Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé corresponde a um percentual de 10% (dez por cento) do valor da indenização no caso de invalidez permanente, o que equivale a R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais). Porém a vítima não recebeu nada a título de indenização pois teve seu pedido negado sob a justificativa de que não houve danos permanentes, conforme documento, em anexo, no entanto conforme documentos médicos e relatos pessoais da vítima a mesma ainda sofre

c) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de **R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação.

Ora Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar uma possível lesão decorrente do acidente sofrido e não oportunizaram uma melhora.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar um suposto agravamento de eventual lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento de eventual lesão sofrida à época do acidente capaz de gerar indenização, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Por fim, em caso de eventual condenação, vem à parte Ré requerer que seja observado o valor dado a presente causa a fim de evitar julgamento *ultrapetita*.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JUAZEIRO DO NORTE, 1 de junho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**